



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

FINANÇAS PÚBLICAS

14 de Fevereiro de 2023 | Edição nº 02 | Distribuição Gratuita | www.cipmoz.org

Quem realmente se beneficiou com a Tabela Salarial Única?

1. Introdução

O orçamento da Tabela Salarial Única (TSU) passou dos 19,6 mil milhões de MT, em Julho de 2022¹, para 28,3 mil milhões de MT, em Janeiro de 2023², um aumento de cerca de 44%. Este facto fará com que as despesas com o pessoal em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) aumentem de 11,8%, em 2021, para 14%, em 2023³.

O Governo indica que este aumento nas despesas com o pessoal se deve as variações salariais para mais no âmbito da implementação da TSU. Entretanto, a maioria dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE) não teve aumento com a última versão da TSU. Professores, médicos, enfermeiros, docentes, entre outras classes, encontram-se insatisfeitos. Alegam que com a última versão do TSU os seus salários voltaram aos níveis iniciais da Tabela Salarial Antiga (TSA). A insatisfação das classes profissionais tem sido demonstrada nos eventos públicos⁴ e em outras plataformas sociais⁵

A TSU elevou o salário mínimo da função pública, tendo passado de 4.691,00MT para 8.758,00MT, um aumento de 4.067,00MT. Este aumento abrange cerca de 21 mil funcionários enquadrados na classe 1C⁶. Entretanto, este grupo de funcionários representa menos de 5% do total de FAE⁷ e o seu incremento corresponde a um peso de 0,3% do orçado⁸ para a implementação da TSU. Os restantes funcionários, os que ocupam funções de direcção e chefia e categorias técnicas, representam 95% do total dos funcionários e cobrem 99,7% do orçamento da TSU.

Se temos um orçamento da TSU incrementado para satisfazer as remunerações dos funcionários e, entretanto, há insatisfação dos FAE, torna-se relevante analisar quem realmente se beneficiou da TSU.

O presente texto faz uma análise dos incrementos salariais dos FAE, dos órgãos de soberania e dos dirigentes superiores. Procura perceber até que ponto foram alcançados os objectivos da TSU e qual dos grupos é realmente beneficiado com a sua implementação.

1 Radio Moçambique (2022). TSU. Governo assegura a existência de verba para pagamento de salários. <https://www.rm.co.mz/tsu-governo-assegura-existencia-de-verba-para-pagamento-de-salarios/> (consultado a 10 de Fevereiro de 2023, às 11h19)

2 Plano económico e social e Orçamento do estado (PESOE) 2023

3 Plano económico e social e Orçamento do estado (PESOE) 2023

4 Webinar realizado dia 24 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qHLkm2jvdyw> ou <https://fb.watch/iwEYo0sghe/>

5 Como é o caso da manifestação de insatisfação apresentada pelo Prof. José Jaime Macuane que indica que “Agora já tenho a prova de que a TSU já era mesmo. Voltei ao meu velho amigo, o TSA, sem um centavo, nem a mais nem a menos. Só resta saber se os dirigentes também voltaram aos seus salários antigos, ou apenas “arranharam” os 20% do já chorudo aumento”. Disponível em: <https://www.facebook.com/macuane/posts/pfbid0kJAhKh36nkaSpX67EN3VgdarTJaM3F1gmQDS5Rory99YyveHRCgFhrqQwjQiLSfU>

6 A carta de moçambique. (2022). TSU garantida a implementação integral em 2022 e com retroativos. Maputo. <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/11366-tsu-garantida-implementacao-integral-em-2022-e-com-retroactivos> (consultado a 8 de Fevereiro de 2023, às 11h10)

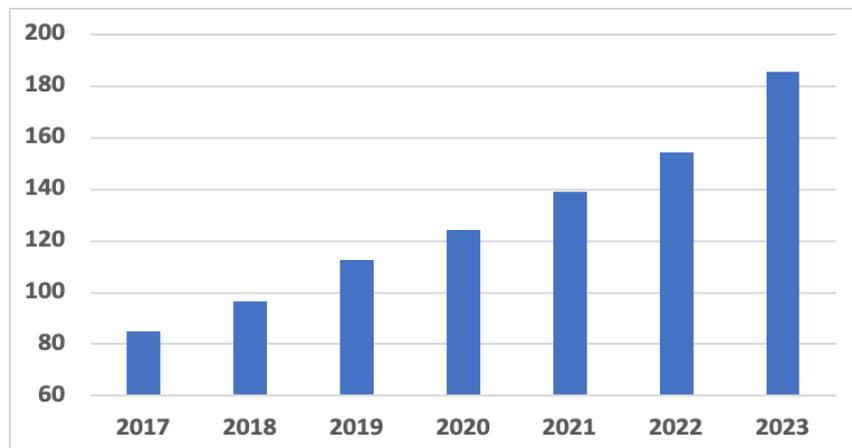
7 Dos cerca de 400 mil funcionários públicos apenas 21 mil correspondem ao nível 1C.

8 Tendo em conta o incremento de 4.067MT para cada um dos FAE do nível 1C, o valor anual corresponde a 85.407 mil MT que corresponderá a 0,3% do valor total orçado para a implementação da TSU (28,3 mil milhões).

2. Orçamento para a implementação da TSU passa de 19,6 mil milhões para 28,3 mil milhões de MT

Um dos principais pontos debatidos na TSU quando submetida à Assembleia da República (AR) foi a sua sustentabilidade orçamental. Durante mais de duas décadas, as despesas de funcionamento constituíram mais de 60% da despesa total⁹ e desta mais de 50% é alocada às despesas com o pessoal. Estas despesas têm aumentado ano após ano. De 2017 para 2023 aumentaram de 85,1 mil milhões de MT para 185,3 mil Milhões de MT, um incremento de cerca 118%, conforme mostra o gráfico 1.

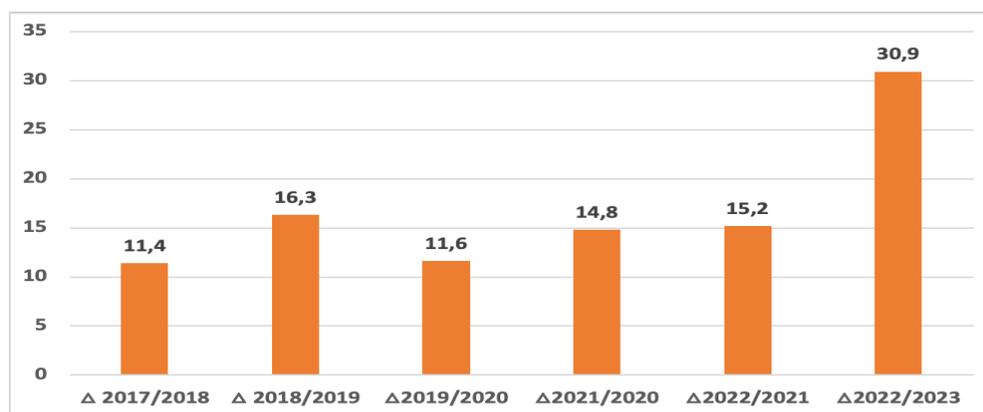
Gráfico 1: Evolução da Despesas com o pessoal de 2017 a 2023 (em mil milhões de MT)



Fonte: RPCGE 2021 e PESOE 2022 e 2023

Mais do que o aumento anual nas despesas com o pessoal, é necessário analisar o seu aumento durante os anos antes e depois da implementação da TSU. O gráfico 2 mostra as variações da despesa com o pessoal de 2017 a 2023. Pode-se verificar que de 2017 a 2021 a despesa com o pessoal tinha um crescimento médio anual de 13,9 mil milhões de MT e, de 2022 para 2023, prevê-se que atinja um crescimento de cerca de 30,9 mil milhões de MT, um incremento de cerca de 122%, quando comparado com os períodos anteriores.

Gráfico 2: Crescimento da Despesa com o pessoal de 2017 a 2023



Fonte: RPCGE 2021 e PESOE 2022 e 2023

O PESOE 2023 justifica este aumento da despesa com o pessoal com a implementação da TSU. Entretanto é necessário analisar que grupos salariais irão beneficiar destes valores, uma vez que várias classes profissionais revelam que o seu salário não aumentou com a TSU.

Orçamento para a implementação da TSU

⁹ O Relatório e parecer da conta geral do Estado (RPCGE) 2021 indica que o peso da despesa de funcionamento aumentou de 60% em 2017 para 68,2% em 2022

Em Dezembro de 2021, aquando da apresentação da proposta de lei sobre a TSU, o Governo anunciou o valor de 19,6 mil milhões de MT como sendo o orçamento para a implementação da TSU¹⁰. Em Julho de 2022 a vice-ministra da Economia e Finanças confirmou os valores e garantiu que havia orçamento para a implementação da TSU. Referiu que para o ano 2022 o orçamento seria de 9,2 mil milhões e para o ano 2023 o orçamento seria exactamente o previsto em 2021, de 19,6 mil milhões de MT¹¹

Entretanto, em Janeiro de 2023 o Governo anunciou que a com a implementação da TSU a folha mensal de salários encontrava-se acima de 25 mil milhões. Desse modo, seria imperioso fazer ajustamentos de modo a que não ultrapasse o orçamento anual estimado em cerca de 177 mil milhões de meticais para o pagamento de salários e remunerações¹².

O Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) 2023 mostra que a rubrica **Despesas com Pessoal** está orçada em **185.258,2 milhões de MT**, contra os **154.434,0 milhões de MT de 2022**. Justifica este incremento de cerca de **30.824,2 milhões de MT**, com as novas admissões/contratações (12.491 funcionários), com um custo de **2.500 milhões de MT**, e com a implementação da nova Tabela Salarial Única para o ano 2023, com o custo de **28.324,2 Milhões de MT**.

As questões que se colocam são: que factores terão conduzido ao incremento de 44,4% contrariando as previsões do MEF? Quem realmente se está a beneficiar dos valores envolvidos na implementação da TSU?

Não há dúvidas de que a TSU elevou o salário mínimo da função pública¹³. Passou de 4.691Mt para 8.758MT, um aumento de 4067MT para os cerca de 21 mil funcionários da classe 1C¹⁴.

Entretanto, este grupo de funcionários corresponde a menos de 5% do total dos funcionários¹⁵ e o incremento salarial nele corresponde a 0,3% do orçado¹⁶ para a implementação da TSU, não justificando, por isso, o aumento de 44% do total do orçamento previsto na TSU.

Para analisar os grupos salariais de que mais se beneficiaram da TSU, fez-se uma comparação entre as percentagens de aumentos dos salários brutos, em várias categorias, para os FAE e para os dirigentes com cargos de direcção e chefia, incluindo os órgãos de soberania.

10 Radio Moçambique. (2022). *TSU. Governo assegura a existência de verba para pagamento de salários*. <https://www.rm.co.mz/tsu-governo-assegura-existencia-de-verba-para-pagamento-de-salarios/> (consultado a 07 de Fevereiro de 2023, às 13h15)

11 Radio Moçambique. (2022). *TSU. Governo assegura a existência de verba para pagamento de salários*. <https://www.rm.co.mz/tsu-governo-assegura-existencia-de-verba-para-pagamento-de-salarios/> (consultado a 07 de Fevereiro de 2023, às 13h15)

12 Diário económico. (2023). *Governo Necessita de 177 MM de Meticais Para Pagamento de Salários Com Base na TSU*. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/01/19/economia/governo-necessita-de-177-mm-de-meticais-para-pagamento-de-salarios-com-base-na-tsu/> (consultado a 09 de Fevereiro de 2023, às 13h35)

13 Incluindo Forças Armadas de Defesa de Moçambique e a Polícia da República de Moçambique e outras entidades paramilitares equivalentes que de acordo com o decreto n° 4/2023 de 27 de Janeiro passaram para 11.032,84MT.

14 A carta de moçambique. (2022). *TSU garantida a implementação integral em 2022 e com retroativos*. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/11366-tsu-garantida-implementacao-integral-em-2022-e-com-retroativos> (consultado a 7 de Fevereiro de 2023, às 13h16)

15 Dos cerca de 400 mil funcionários públicos apenas 21 mil correspondem ao nível 1C.

16 Tendo em conta o incremento de 4.067MT para cada um dos FAE do nível 1C, o valor anual corresponde a 85.407 mil MT que corresponderá a 0,3% do valor total orçado para a implementação da TSU (28,3 mil milhões).

3. Aparente aumento salarial anunciado pelo Governo aos FAE

O Governo anunciou no dia 17 de Janeiro de 2023 os quantitativos definitivos de remunerações aos FAE e destacou aumentos de 115%, para os funcionários com níveis de Técnico superior N1, 108%, para os técnicos profissionais e 144%, para os especialistas, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1: Ajustamentos dos salários no âmbito da TSU

Regime Geral	TSA	Quantitativo Definido	%
Especialista	24 882,00	60 758,00	144%
Técnico Superior N1	17 539,00	37 758,00	115%
Técnico Superior N2	13 565,00	24 358,00	80%
Técnico Profissional	8 531,00	17 758,00	108%
Técnico Médio	7 443,00	14 758,00	98%
Assistente Técnico	5 531,00	10 758,00	95%
Auxiliar, Agente e Operário	4 689,00	8 758,00	87%

Fonte: Compilado pelo autor com base no informe do Conselho de Ministros do dia 17 de Janeiro de 2023¹⁷

Analisando a tabela 1, a primeira questão que se coloca está relacionada com as percentagens desiguais para o aumento salarial. O Governo não explicou os critérios usados para o incremento de mais de 100% nos níveis mais altos e aumentos de menos de 100% para os níveis mais baixos.

O segundo aspecto é que fazendo uma análise comparativa do salário bruto auferido por estes técnicos com a TSU e com a TSA pode-se observar que os aumentos são bem menores que os anunciados pelo Governo. Na TSA o salário bruto incluía o subsídio técnico, entretanto, retirado na TSU. Assim, para o técnico superior N1, o salário bruto na TSA era de 28.065,60MT e com a TSU passou para 37.758,00, um aumento de 35%¹⁸. Conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2: Comparação do salário Bruto TSU e TSA

TSA		TSU	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Salário base N1	17 541,00	Salário base N1	37 758,00
Subsídio técnico (60%)	10 524,60	Subsídio técnico	-
Salário Bruto	28 065,60	Salário Bruto	37 758,00
		Aumento Salarial	9 692,40
		%	35%

Fonte: Construído pela autora com base no Decreto 1/2023 de 17 de Janeiro e no despacho do Gabinete do ministro da Economia e Finanças de 23 de Setembro de 2021.

Para os funcionários de algumas instituições que possuíam outros subsídios, como é caso do Ministério de Economia e Finanças que tem subsídio de 75%, o salário bruto reduziu. Passou de 41.221,35Mt para 37.758MT, uma diferença de -8%. Nestes casos o Governo atribuirá o **subsídio de ajustamento do TSU (criado para garantir que o FAE não tenha uma remuneração inferior a que auferia antes da TSU**

¹⁷ Carta de Moçambique (2023). TSU. Governo aprova salários-base em diferentes categorias. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/12776-tsu-governo-aprova-salarios-base-em-diferentes-carreiras> (consultado a 13 de Fevereiro de 2023, às 13h35)

¹⁸ A autora reconhece que uma análise realista e mais exaustiva sobre o aumento efectivo dos salários não se deveria basear no salário base, mas antes no salário que o funcionário leva para casa, ou seja, dever-se-ia basear no salário líquido.

Tabela 3: Comparação do salário Bruto TSU e TSA

TSA		TSU	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Salário base N1	17 541,00	Salário base N1	37 758,00
Subsídio técnico (60%)	10 524,60	Subsídio técnico	-
Subsídio (75%)	13 155,75		37 758,00
Salario Bruto	41 221,35	Aumento Salarial	(3 463,35)
		%	-8%

Fonte: Construído pela autora com base no Decreto 1/2023 de 17 de Janeiro e despacho do Gabinete do ministro da Economia e Finanças de 23 de Setembro de 2021

Quem realmente se beneficiou da TSU?

Não existe dúvida de que a TSU aumentou o salário mínimo em Moçambique, tendo beneficiado os cerca de 21 mil funcionários públicos da categoria mais baixa. Entretanto, tendo em conta o número total dos funcionários este grupo corresponde a uma percentagem muito baixa, cerca de 5%. Neste caso, coloca-se a questão dos benefícios que a TSU trouxe para os restantes 95% dos funcionários públicos.

Numa altura em que os vários sectores se mostram insatisfeitos e descontentes com os novos quantitativos, os órgãos de soberania e dirigentes superiores têm um aumento salarial de 71%, em média

A tabela 4 mostra os aumentos salariais dos órgãos de soberania e dos dirigentes superiores do Estado. Pode-se verificar que tanto os juizes de tribunais superiores assim como os deputados da Assembleia da República têm como referência o salário do Presidente da República.

Para além do valor de referência, o presidente da Assembleia da República teve o seu salário incrementado de 178 228 MT para 274 000 MT, um aumento de 54%, cerca de 95.828,64MT. Para o caso dos deputados da Assembleia da República, o salário passou dos cerca de 120 mil MT¹⁹ para 256 928,00²⁰, um aumento de 136 928 MT, cerca de 114%.

¹⁹ Moçambique para todos. (2022). *1001 motivos para os aplausos dos deputados à falta do 13º salário*. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2022/12/1001-motivos-para-os-aplausos-dos-deputados-a-falta-do-13-salario.html (consultado a 9 de Fevereiro de 2023, às 9h20)

²⁰ Este valor não inclui os subsídios a que os deputados têm direito e os retroativos que os mesmos irão receber no âmbito da TSU estimados em cerca de 400 mil MT para cada um dos deputados,

Tabela 4: Comparação do salário Bruto TSU e TSA dos dirigentes superiores e órgãos de soberania

Salario de referencia	131 758,00							
Ord	Descrição	% subsidio de representaçã	Salario	Subsidio de representaca	Vencimento mensal	Vencimento mensal TSA	diferença TSA e TSU	% aumento
Presidente	21A	40%	263 516,00	105 406,40	368 922,40	205 653,00	163 269,40	79%
Assembleia da republica								
Presidente da Assembleia da republica	80%	30%	210 812,80	63 243,84	274 056,64	178 228,00	95 828,64	54%
Deputado da Assembleia da republica	75%	30%	197 637,00	59 291,10	256 928,10		256 928,10	
Tribunal Supremo								
Presidente do tribunal Supremo	80%	30%	210 812,80	63 243,84	274 056,64	164 521,00	109 535,64	67%
Juiz conselheiro do tribunal Supremo	75%	30%	197 637,00	59 291,10	256 928,10	137 100,00	119 828,10	87%
Tribunal Administrativo								
Presidente do tribunal Administrativo	80%	30%	210 812,80	63 243,84	274 056,64	164 521,00	109 535,64	67%
Juiz conselheiro do tribunal Administrativo	75%	30%	197 637,00	59 291,10	256 928,10	137 100,00	119 828,10	87%
Conselho constitucional								
Juiz presidente do conselho constitucional	80%	30%	210 812,80	63 243,84	274 056,64	164 521,00	109 535,64	67%
Juiz conselheiro do conselho constitucional	75%	30%	197 637,00	59 291,10	256 928,10		256 928,10	
Conselho de Ministros								
Primeiro ministro	77%	30%	202 907,32	60 872,20	263 779,52	178 228,00	85 551,52	48%
Ministro	75%	30%	197 637,00	59 291,10	256 928,10	137 100,00	119 828,10	87%
Procuradoria geral da republica								
Procurador geral da republica	80%	30%	210 812,80	63 243,84	274 056,64	164 521,00	109 535,64	67%
Procuradores gerais Adjuntos	75%	30%	197 637,00	59 291,10	256 928,10		256 928,10	

Fonte: Construído pela autora com base no Decreto 1/2023 de 17 de Janeiro

Tendo em conta os subsídios que são pagos aos deputados - de renda de casa, de cerca de 74 mil MT, subsídio de círculo (cerca de 500 mil MT, anual²¹), - os retroactivos que devem ser pagos destes valores tornam-se bastante elevados e sufocam o Orçamento do Estado, fazendo com que os limites orçamentais sejam ultrapassados.

De referir que com a aprovação da TSU, os salários dos deputados passam a ser fixados por lei e o executivo pouco pode fazer para reduzi-los, podendo fazê-lo apenas pela redução do salário de referência. Por outro lado, os deputados da Assembleia da República, ao contrário dos outros sectores, mostraram-se bastante satisfeitos com a aprovação e implementação da TSU tendo afirmado que a “este documento não só vai promover a justiça salarial, mas também vai moralizar a actuação dos Funcionários e Agentes de Estado e do sector da justiça, caracterizada por uma maior eficiência e eficácia nos servidores públicos”. António Niquice, membro da Bancada da Frelimo²².

A satisfação veio também dos deputados da oposição. A Renamo referiu que acredita estarem criadas as condições para melhorar a vida das populações, concretamente dos cerca de 400 mil funcionários do sector do Estado. O porta-voz do Movimento Democrático de Moçambique, MDM, defendeu que “o TSU é uma resposta tempestiva à situação de vida paupérrima que era vivida por médicos, professores e polícias sufocados pelo custo de vida²³”.

21 Moçambique para todos. (2022). *1001 motivos para os aplausos dos deputados à falta do 13º salário*. Disponível em: [https://macua.blogs.com/ moambique_para_todos/2022/12/1001-motivos-para-os-aplausos-dos-deputados-à-falta-do-13-salário.html](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2022/12/1001-motivos-para-os-aplausos-dos-deputados-à-falta-do-13-salário.html) (consultado a 9 de Fevereiro de 2023, às 9h09)

22 Jornal o país. (2022). *TSU será implementada ainda este mês, garante Governo*. Disponível em: <https://opais.co.mz/tsu-ja-esta-e-este-mes/> (consultado a 9 de Fevereiro de 2023, às 11h09)

23 Jornal o país. (2022). *TSU será implementada ainda este mês, garante Governo*. Disponível em: <https://opais.co.mz/tsu-ja-esta-e-este-mes/> (consultado a 9 de Fevereiro de 2023, às 14h09)

A TSU e o Aumento das desigualdades salariais

A TSU foi criada com um dos objectivos principais de reduzir as desigualdades salariais dentro da função pública. A análise comparativa da TSA e da TSU, mostra que a disparidade entre o salário mínimo da categoria mais baixa e o mínimo da categoria mais alta (especialista) aumentou com a implementação da TSU.

Com a TSA a diferença entre o salário mais baixo e o salário mais alto era de 20.193,00 MT²⁴. Com a TSU esta diferença passou para 52.000,00MT²⁵, um incremento de cerca de 158%.Este facto mostra que a TSU veio agravar as desigualdades existentes na função pública. Ver a tabela 5.

Tabela 5: Salário base a entrada por categorias na TSU e na TSA

Categorias	TSU	TSA
Especialistas	60 758,00	24 884,00
Técnico Superior N1	37 758,00	17 541,00
Técnico Superior N2	24 358,00	13 567,00
Técnico Profissional	17 758,00	8 533,00
Técnico médio	14 758,00	7 445,00
Assistente	10 758,00	5 533,00
Auxiliar, Agente e Operário	8 758,00	4 691,00

Fonte: Construído pela autora com base no Decreto 1/2023, de 17 de Janeiro, e despacho do Gabinete do ministro da Economia e Finanças, de 23 de Setembro de 2021.

Para além das disparidades salariais entre o topo e a base, a TSU aumentou as diferenças salariais dentro das categorias. A diferença entre o técnico médio e o técnico superior N1 era de 6.122,00MT (7.445,00MT e 13.567,00MT). Com a introdução da TSU, a diferença aumentou, passando para 9.600,00 MT (14.758,00 e 24.358,00), um incremento de 57%.

O mesmo sucede com as outras categorias. A diferença salarial entre o técnico superior N1 e o especialista passou de 7.343,00 na TSA para 23.000, MT na TSU, um incremento de 213%. Estes dados mostram que apesar de ter melhorado de certa forma o salário mínimo, as disparidades salariais entre as várias categorias aumentaram e aumentou também a disparidade salarial entre o topo e a base.

Portanto, de acordo com os dados acima pode-se afirmar que o argumento do Governo segundo o qual a TSU visava reduzir as disparidades é falso.

²⁴ Diferença entre o Salário mais alto 24.884,00MT e o salário mais baixo 4.691,00MT.

²⁵ Diferença entre o salário mais alto 60.758,00MT e o salário mais baixo 8.758,00MT

4. Conclusões

A TSU foi sempre motivo de contestação de vários sectores desde o seu anúncio em Dezembro de 2021. A questão orçamental sempre esteve no cerne da questão, tendo em conta que a rubrica despesa com o pessoal já absorve mais de 11% do PIB.

O aumento do orçamento para a implementação da TSU, em mais de 44%, de 2022 para 2023, associada à insatisfação dos FAE levou ao questionamento sobre quem realmente estava a beneficiar da TSU e se o mesmo foi implementado tendo como um dos pressupostos a redução das desigualdades salariais.

Da análise feita, conclui-se que a TSU, não só aumentou as desigualdades salariais dentro das categorias, mas também aumentou a diferença salarial entre a base e o topo. A diferença entre o salário mais baixo e o salário mais alto passou de 20.193,00 MT para 52.000,00MT, um incremento de cerca de 158%.

A diferença salarial entre o técnico superior N1 e o especialista passou de 7.343,00, na TSA, para 23.000, MT, na TSU, um incremento de 213%. Estes dados mostram que apesar de ter melhorado de certa forma o salário mínimo, as disparidades salariais entre as várias categorias aumentaram e aumentou também a disparidade salarial entre o topo e a base.

A TSU aumentou o salário mínimo em Moçambique, tendo beneficiado cerca de 21 mil funcionários públicos (correspondente a 5% do total dos FAE) da categoria mais baixa. Entretanto, a análise feita mostra que os que tiveram maiores aumentos não são os FAE (conforme anunciado no lançamento da TSU) mas sim os dirigentes superiores do Estado e os órgãos de soberania com um aumento médio de 71%.

Como forma de reduzir o impacto negativo da TSU recomenda se:

- Ao Tribunal administrativo, como órgão de fiscalização das actividades do Governo, a realizar auditorias aos enquadramentos realizados assim como aos prováveis pagamentos indevidos efectuados no âmbito da TSU.
- Ao Ministério de Economia e Finanças maior interação com os sectores e análise das principais preocupações; avaliação do impacto da TSU até ao momento e a publicação dos relatórios; apresentação dos resultados do trabalho efectuado pela comissão de inquérito constituída pelo Governo para sanar as incongruências da TSU.
- À Assembleia da República, enquanto órgão legislativo e de fiscalização do Governo, maior dinamismo e proatividade na análise do processo de implementação da TSU, solicitação de relatórios ao executivo e aumento da fiscalização de modo a verificar situações de ilegalidade.

5. Referências

Legislação

- Lei n° 5/2022, de 14 de Fevereiro, que aprova as regras e os critérios para a fixação de remuneração dos servidores públicos, dos titulares ou membros de órgão público e dos titulares e membros dos órgãos da Administração da Justiça;
- Lei n° 14/2022, de 10 de Outubro, que altera a Lei n° 5/2022, de 14 de Fevereiro, que define as regras e os critérios para a fixação de salário e remuneração dos servidores públicos, dos titulares ou membros de órgãos públicos, dos titulares e membros de órgãos de soberania e dos titulares e membros dos órgãos da Administração da Justiça e aprova a Tabela Salarial Única (TSU).
- Decreto n° 29/2022, de 9 de Junho, que aprova os procedimentos a adoptar para o enquadramento dos servidores públicos, dos titulares ou membros de órgão público e dos titulares e membros dos órgãos da Administração da Justiça.
- Decreto n° 31/2022, de 13 de Julho, que aprova o regime e os quantitativos dos suplementos dos servidores públicos, dos titulares ou membros de órgãos públicos e dos titulares e membros dos órgãos da administração da justiça.
- Decreto n° 32/2022, de 13 de Julho, que define o regime e os quantitativos dos níveis salariais e escalões da Tabela Salarial Única.
- Decreto n° 1/2023 de 18 de Janeiro, que altera o artigo 9 e os anexos I, II, IV do decreto 31/2022, de 13 de Julho.
- Decreto n°2/2023, de 18 de Janeiro, que altera o anexo I do decreto 32/2022 de 13 de Julho.
- Decreto 3/2023, de 18 de Janeiro, que altera o anexo I do decreto n 55/2022 de 14 de outubro.
- Decreto 4/2023, de 27 de Janeiro, que altera o Regime e os Quantitativos dos Suplementos e os Quantitativos dos Níveis Salariais e Escalões das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, aprovados pelo Decreto n.o 53/2022, de 14 de Outubro, ao abrigo das alíneas b) e c) do artigo 16, conjugada com o artigo 22, da mesma Lei.

Sites consultados

- A Carta de Moçambique. (2022). *TSU garantida a implementação integral em 2022 e com retroativos*. Maputo. <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/11366-tsu-garantida-implementacao-integral-em-2022-e-com-retroactivos> (consultado a 8 de Fevereiro de 2023, às 11h10)
- Radio Moçambique. (2022). *TSU. Governo assegura a existência de verba para pagamento de salários*. <https://www.rm.co.mz/tsu-governo-assegura-existencia-de-verba-para-pagamento-de-salarios/> (consultado a 07 de Fevereiro de 2023, às 13h15)
- Diário económico. (2023). *Governo Necessita de 177 MM de Meticais Para Pagamento de Salários Com Base na TSU*. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/01/19/economia/governo-necessita-de-177-mm-de-meticais-para-pagamento-de-salarios-com-base-na-tsu/> (consultado a 09 de Fevereiro de 2023, às 13h35)
- A carta de moçambique. (2022). *TSU garantida a implementação integral em 2022 e com retroativos*. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/11366-tsu-garantida-implementacao-integral-em-2022-e-com-retroactivos> (consultado a 7 de Fevereiro de 2023, às 13h16)
- Moçambique para todos. (2022). *1001 motivos para os aplausos dos deputados à falta do 13º salário*. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2022/12/1001-motivos-para-os-aplausos-dos-deputados-a-falta-do-13-salario.html (consultado a 9 de Fevereiro de 2023, às 9h20)
- Jornal o país. (2022). *TSU será implementada ainda este mês, garante Governo*. Disponível em: <https://opais.co.mz/tsu-ja-esta-e-este-mes/> (consultado a 9 de Fevereiro de 2023, às 11h09)



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development
and Cooperation SDC



Norwegian Embassy

Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autora: Estrela Charles

Revisão de pares: Rui Mate, Gift Essinalo e Borges Nhamirre

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique